

## A DIOCESE DE AVEIRO

No ano áureo das celebrações do milenário da primeira menção do burgo aveirense e do bi-centenário da sua elevação à categoria de cidade, não virá talvez a despropósito recordar e vincar na memória da geração actual outra glória da Princesa do Vouga, que para o duplo centenário se encaminha também a passos largos: a sua elevação a urbe episcopal.

Na Carta Instrutiva enviada ao Primo e Embaixador em Roma, Francisco de Almada de Mendonça, em que expunha largamente os «motivos particulares sobre as divisões e desmembrações dos bispados» do reino, o Primeiro-Ministro de D. José I tinha em mente a criação do Bispado Aveirense, pela desmembração do largo Bispado de Coimbra, reduzindo-o «a territórios justos e competentes». Desta forma se obviaria com realismo e objectividade aos «machiavelicos e detestáveis estratagemas» que os Jesuitas «machinaram para os seus ruinosos e abomináveis fins», lançando o país inteiro em grande «calamidade espiritual e temporal», como se exprime a pena inflamada do Marquês de Pombal <sup>(1)</sup>.

Todas as calamidades do Império Romano, quer proviessem das revoluções fortuitas dos elementos quer da inépcia dos governantes, provocavam o grito iracundo dos magistrados e da plebe por eles ludibriada: *os cristãos aos leões!* Outro tanto se verifica com a campanha reformadora do Marquês. Efectivamente, sustenta o estadista, «a infausta dominação dos duzentos anos, em que os chamados Jesuitas opprimiram estes reinos», deixara «inteiramente arruinadas a monarchia e a Igreja». E assim, «todas as desordens e escândalos» que na terra de Santa Maria se acumularam durante dois séculos, cujo relato necessitaria «grossos volumes», foram obra exclusiva dos Padres de Santo Inácio de Loiola...

---

(1) *Collecção dos Negócios de Roma*, Lisboa, 1874, III, p. 259-260.

Estes ataques violentos, que hoje nos fazem sorrir, se revelam a alma de uma política, explicam também a precipitação com que Pombal se atirou à reforma da divisão diocesana do país. A supressão e expulsão dos Padres da Companhia, seus Mestres, estava ainda quente. Era de aproveitar a oportunidade.

## I — CRIAÇÃO DA DIOCESE

Como já o estudámos para as dioceses de Castelo Branco, Penafiel e Pinhel, D. José I suplica a Clemente XIV o desmembramento do «disforme» Bispado de Coimbra e em carta régia de 28 de Setembro de 1773, provavelmente da mesma data da precedente — que desconhecemos — apresenta e nomeia para Prelado da nova diocese de Aveiro o doutor na faculdade de leis, lente da Universidade de Coimbra e deão da Sé de Lamego, António Freire Gameiro de Sousa, para quem solicita as letras apostólicas de confirmação pontifícia <sup>(2)</sup>.

O Arquivo do Vaticano conserva o Processo Canónico deste Prelado, organizado pela Nunciatura de Lisboa <sup>(3)</sup>, quando da sua apresentação à Santa Sé.

Pelo Breve *Militantis Ecclesiae*, de 12 de Abril de 1774, o Pontífice criava a diocese de Aveiro, nos moldes riscados pelo Governo de Lisboa, dando-lhe por Sé Catedral a igreja Matriz de S. Miguel — sacrificada ao camartelo municipal em 1835 — ou a igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, a parecer do Executor, tendo recaído a escolha sobre esta. A nova circunscrição eclesiástica ficava constituída pelas paróquias dos arciprestados de Albergaria-a-Velha, Recardães, Vilarinho do Bairro, Soza, Codal, Segadães e Aveiro, num total de 73 freguesias <sup>(4)</sup>.

No Consistório Secreto reunido no Palácio do Quirinal, em 18 de Abril do mesmo ano, o Pontífice confirmava primeiro Bispo de Aveiro o Dr. António Freire Gameiro de Sousa <sup>(5)</sup>. Em 18 de Maio o Marquês de Pombal remetia ao Cardeal Conti, Núncio em Lisboa, o traslado autêntico do Breve de 12 de Abril, concedendo o real auxílio para a execução das Letras Apostólicas <sup>(6)</sup>.

No Consistório Secreto de 20 de Julho de 1801, confirmava

(2) *Obr. cit.*, p. 272-273.

(3) Arquivo do Vaticano — *Processi dei Vescovi*, vol. 166, fls. 32-49.

(4) Torre do Tombo — *Bulas*, 55-10.

(5) Arquivo do Vaticano — *Acta Camerarii*, vol. 38, fls. 21-21v.

(6) *Obr. cit.*, p. 274-275.

o Papa, por falecimento do Bispo Gameiro de Sousa, o Padre António José Cordeiro, doutor em Direito Canónico, natural de Coimbra (7). Deste Bispo guarda ainda o Arquivo do Vaticano o Processo Canónico da sua eleição (8).

Falecido este Prelado, o Consistório Secreto de 4 de Setembro de 1815, como os precedentes convocado no Quirinal, proveu Aveiro de Bispo na pessoa do Padre Manuel Pacheco de Resende, de Coimbra, doutor na Sagrada Teologia (9). O arquivo da Congregação Consistorial, conservado no Arquivo Secreto do Vaticano, conserva também o Processo Canónico deste Prelado, o último Bispo de Aveiro da primeira fase da Diocese (10).

Após o falecimento de D. Manuel Pacheco de Resende, derradeiro Bispo efectivo, entrou-se no regime dos vigários capitulares ou vigários gerais, plano inclinado que levaria não só à decadência, mas à própria supressão da Diocese.

## II — EXTINÇÃO

Na sua longa e famosa exposição, de 12 de Novembro de 1869, o ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Dr. José Luciano de Castro, filho de Oliveirinha do Vouga e portanto de Aveiro, faz a pormenorizada história do desenvolvimento diocesano da nação até ao reinado de D. José, e seguidamente das tentativas de redução dos Bispados, iniciada no reinado de D. Maria I.

Mal que foi restaurado o regime liberal, logo o governo, «apenas esboçados os primeiros lineamentos das novas instituições», volveu os olhares para este «momentoso objecto». A famosa Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, criada por decreto de 21 de Novembro de 1789, é instaurada por lei de 23 de Agosto de 1833 (11).

A Junta era formada por um punhado de homens perfeitamente caldeados no espírito e no programa das «novas institui-

(7) Arquivo do Vaticano — *Acta Camerarii*, vol. 49, fls. 199.

(8) Arquivo do Vaticano — *Processi dei Vescovi*, vol. 204, fls. 62-80.

(9) Arquivo do Vaticano — *Acta Camerarii*, vol. 51, fls. 117-A.

(10) Arquivo do Vaticano — *Processi dei Vescovi*, vol. 211, fls. 73-87.

(11) João M. Pacheco Teixeira Rebelo — *Collecção Completa de Legislação Ecclesiastico-Civil*, Porto, 1896, I, p. 32.

ções» e da sua inteira confiança. Na presidência o conselheiro Marcos Pinto Soares Vaz Preto, Comissário Geral da Bula da Cruzada, e deputados o desembargador Manuel Pires de Azevedo Loureiro, Vigário Geral do Patriarcado; o Prior de Nossa Senhora dos Anjos de Lisboa, o licenciado José Ferrão de Mendonça e Sousa; o Vigário da Igreja paroquial de S. Paulo, António Teixeira Salgueiro; o Vigário da freguesia de S. Bartolomeu, João Jorge de Oliveira Lima, dos cônegos seculares de S. João Evangelista (Lóios); o Prior da Igreja de S. João da Praça, frei Miguel do Carmo, religioso da Província da Arrábida; o desembargador da Casa da Suplicação, José António Mâncio da Costa Ubaldo; João Manuel Teixeira, desembargador da Relação da Casa do Porto; o alcaide-mor de Cabrela e Secretário Lourenço Correia Manuel de Carvalho. Decretava D. Pedro e referendava José da Silva Carvalho.

Um decreto de 10 de Outubro de 1834, de D. Maria II, referendado por António Barreto Ferraz de Vasconcelos, sucessor de Silva Carvalho no ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, extinguiu a famosa Junta do «melhoramento temporal» das Ordens Religiosas, por ter atingido e esgotado os seus objectivos, isto é, «por se acharem extinctos n'estes reinos e seus domínios, pelo decreto de 30 de maio do presente anno, todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaesquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares». A lei terminava «louvando cada um dos seus membros pelo zelo que empregaram no desempenho de suas funções» <sup>(12)</sup>.

A Junta do Melhoramento Temporal, que havia de preparar o enterro solene das Ordens Religiosas em Portugal, pelo Decreto do ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Joaquim António de Aguiar, de 30 de Maio de 1834 — decreto este que lhe valeu o epíteto de «Mata-Frades» — a Junta do Melhoramento, dizíamos, foi chamada também a intervir na reforma diocesana do país. Efectivamente, em consulta de 11 de Setembro de 1833, propunha que as dioceses, de dezanove que eram, fossem reduzidas a oito, ajustando-as às províncias do reino. O intento não teve futuro, não só porque era estulto, como porque foram interrompidas as relações diplomáticas com Roma até 1841, e sem Roma dar a sua palavra nada se conseguiria fazer.

---

(12) *Obr. cit.* na nota (11), p. 64-65.

A proposta de lei reformadora de 8 de Março de 1843 converteu-se na lei de 29 de Maio do mesmo ano. Aqui importam-nos quatro dos seus artigos para se lhe avaliar o alcance e o espírito:

«Art.º 5.º É igualmente o governo autorizado a reduzir até o número de doze as Sés do Continente do Reino, Ilhas Adjacentes, e Províncias Ultramarinas, precedendo o necessário concurso da Santa Sé Apostólica.

Art.º 6.º Em cada uma das Igrejas, que por virtude da redução deixarem de ser Catedrais, que tiverem Cabidos, poderá erigir-se pelos meios competentes uma Colegiada com o número de Ministros necessários para continuar aí o esplendor do Culto Divino.

§ único. A estas Colegiadas assim estabelecidas ficarão pertencendo todos os bens da Mesa Capitular que deixar de existir.

Art.º 8.º Não serão providas de novo as Dignidades, Canonicatos, e quaisquer benefícios Colativos das Catedrais que vagarem antes de feita a conveniente redução de que trata esta Lei, e de regulados os quadros de todas as Sés, que ficarem subsistindo.

Art.º 9.º É também autorizado o governo a tratar com as precisas formalidades, e concurso Apostólico, do arredondamento e mais cómoda e regular fixação dos territórios das Dioceses que deverem ficar subsistindo».

O decreto, assinado pela Rainha, era referendado pelo ministro António Bernardo da Costa Cabral<sup>(13)</sup>.

Tentativas reformadoras de 1848, 1850, 1853 e 1857 resultaram infrutíferas. Entre 1854 e 1857 a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros chegou a tratar da integração da Diocese de Aveiro na de Coimbra e da de Elvas na Diocese de Portalegre.

Segundo a exposição de Luciano de Castro, de 1869, a redução diocesana continuava «a ser instantemente solicitada pela opinião pública em nome da escassez dos recursos do tesouro, do aumento dos meios de comunicação, das conveniências do ensino [clerical], e do esplendor e decore do episcopado». Na ar-

(13) *Diário do Governo* de 2 de Junho de 1843, n.º 128.

gumentação produzida pelo ministro vêm-lhe à pena sobretudo «a estreiteza dos recursos do país», a «escassez dos recursos do tesouro», «a situação angustiosa da fazenda pública», a reclamação em altos gritos de salvação nacional que de 19 se descesse para 10 dioceses...

A Junta do Melhoramento pretendia reduzi-las a oito, a lei de 1843 a doze e finalmente a lei Luciano de Castro a 10. E como se tratava de negociações de sua natureza morosas, versando assunto tão melindroso e delicado, ao mesmo tempo que ia proclamando que respeitava «profundamente a autoridade da santa sé», que acentuava o carácter «transitório» do expediente e afirmava que as disposições legais não pretendiam «reduzir o número das dioceses, determinar as que hão-de ficar ou ser suprimidas e assignar limites a cada uma delas», legislava no sentido de o governo só apresentar Bispos à Santa Sé nas dioceses que se reputassem «absolutamente indispensáveis para acudir às necessidades dos povos», isto é, que só fossem providas, caso vagassem entretanto, as dioceses de Angra do Heroísmo e Funchal, «pela sua posição especial», e Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Faro, Porto, Lisboa e Viseu. Implicitamente estava no programa governamental a supressão das dioceses de Lamego, Aveiro, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Elvas, Leiria, Beja e Pinhel. As Beiras e sobretudo o Alentejo ficavam tão ermidas como se tivessem sido vítimas das incursões e domínio agarenos<sup>(14)</sup>.

O projecto de Luciano de Castro para a supressão da Diocese de Aveiro. — a diocese da sua origem — não resultou em nada. Ficou tudo, ainda desta vez, nas folhas amarelentas e mal impressas do *Diário do Governo*.

Em 20 de Abril de 1876 aparece nova tentativa, esta de Augusto César Barjona de Freitas. Interessam-nos particularmente dois dos seus articulados.

Artigo 1.º É o governo autorizado a proceder, de acordo com a Santa Sé Apostólica, à anexação, redução e nova circunscrição das dioceses do reino.

Art.º 3.º Os haveres das mitras, cabidos, fábricas das catedrais e seminários das dioceses que deixarem de subsistir, serão integral ou parcialmente adjudicados às mitras,

---

(14) *Diário do Governo* de 13 de Novembro de 1869, n.º 259.



cabidos, fábricas das catedrais e seminários das dioceses a que as suprimidas forem total ou parcialmente anexadas» <sup>(15)</sup>.

Em decreto de 27 de Julho de 1882 o ministro Júlio Marques de Vilhena alterava o precedente, nestes exactos termos:

Artº 1º Os haveres das mitras, cabidos, fábricas de Catedrais, e seminários ou cursos eclesiásticos das dioceses suprimidas, cujo território for dividido por duas ou mais das subsistentes, serão encorporados nos das mitras, cabidos, fábricas das catedrais, e seminários ou cursos eclesiásticos das dioceses a que forem anexadas, segundo as circunstâncias destas corporações, devendo ser adjudicados com preferência às que não tiverem bens próprios, ou não forem suficientes, os que possuírem, para as suas despesas.

Artº 2º Fica assim alterada a disposição do artigo 3º da lei de 20 de abril de 1876, e revogada a legislação em contrário <sup>(16)</sup>.

À data deste decreto a supressão de algumas dioceses era já um facto. Em 20 de Novembro de 1880 os Bispos do reino tinham-se reunido em Lisboa para tratar de um assunto que se arrastava havia tantos anos. A bula de Leão XIII *Gravissimum Christi Ecclesiam regendi et gubernandi munus* fora de encontro às instâncias régias. Em 30 de Setembro de 1881 foram portanto suprimidas pela Santa Sé as Dioceses de Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel, bem como a Prelazia de Tomar, e o Grão Priorado do Crato, uma e outro de tão gloriosas tradições.

O processo canónico para a execução das Letras Apostólicas foi confiado à prudência e solicitude do cardeal D. Américo, Bispo do Porto. Em carta régia de 14 de Setembro de 1882 el-Rei manda dar execução à sentença proferida pelo Prelado portuense, manifestando-lhe o seu real agrado <sup>(17)</sup>.

(15) *Diário do Governo* de 22 de Abril de 1876, n.º 89.

(16) *Diário do Governo* de 2 de Agosto de 1882, n.º 171.

(17) *Diário do Governo* de 15 de Setembro de 1882, n.º 208.

A sentença de D. Américo dos Santos Silva fora dada no Porto em 4 de Setembro. Faz parte do documento, a todos os títulos interessante, a relação das paróquias das dioceses novamente demarcadas, com os respectivos oragos, almas e fogos. Segundo a nova circunscrição diocesana, da diocese de Aveiro foram incorporadas na de Coimbra: 18 freguesias do concelho de Águeda, com 4.683 fogos e 18.967 almas; 12 freguesias do concelho da Anadia, com 3.946 fogos e 16.016 almas; 11 freguesias do concelho de Aveiro, com 5.378 fogos e 21.520 almas; 1 freguesia do concelho de Ílhavo, com 2.101 fogos e 8.623 almas; 5 freguesias do concelho de Oliveira do Bairro, com 2.306 fogos e 8.847 almas; e 3 freguesias do concelho de Vagos, com 2.475 fogos e 10.143 almas<sup>(18)</sup>.

O arranjo da bula *Gravissimum Christi* já foi modificado em boa parte, voltando-se ao regime anterior para a diocese de Leiria, restaurada por Bento XV pelo Breve *Quo vehementius* de 17 de Janeiro de 1918, para a diocese de Aveiro (1938) e para a diocese de Castelo Branco, com um regime *sui generis* (1956). Pinhel e Elvas continuam sob a alçada da bula *Gravissimum Christi*, pois ainda se não julgou viável qualquer alteração.

### III — RESTAURAÇÃO

Quando a Santa Sé decide a supressão de uma Diocese — *quam iustis de causis* — por justos e pesados que sejam os motivos, não o faz nunca sem pena, como rejubila sempre no dia da sua ressurreição. Bento XV não o esconde no breve da restauração da diocese de Leiria: «Com tanta veemência foi doloroso à Sé Apostólica, quando as circunstâncias a induziram a suprimir, no dia trinta de Setembro do ano do Senhor de mil oitocentos e oitenta e um, a diocese de Leiria, em Portugal, a qual Paulo III erigira em vinte e dois de Maio do ano do Senhor de mil quinhentos e quarenta e cinco, quanto agora rejubila porque a feição dos tempos lhe permite restabelecer aquela antiga Igreja Catedral»<sup>(19)</sup>.

Se foi veementemente doloroso à Santa Sé suprimir em 1881

(18) *Diário do Governo* de 15 de Setembro de 1882, n.º 208.

(19) Fortunato de Almeida — *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1917, Tom. IV, Parte I, p. 499.



as cinco dioceses referidas, é porque as razões aduzidas pelo governo português não eram convincentes em *matéria religiosa*, as únicas que para a Santa Sé realmente pesam e contam em tais problemas. Se as razões fossem realmente justas e abonatórias da resolução tomada em 1881, no aspecto religioso, não nos parece possível ou ao menos justificável o incontido regozijo significado pela mesma Sé Apostólica quando as novas feições políticas e sociais dos tempos a levaram a restabelecer o precedente *statu quo*.

Certamente que a dor sentida e revelada pela Santa Sé quando da supressão das cinco dioceses portuguesas em 1881, nem era a mesma nem tinha idêntica razão de ser para todas elas. Mas podemos afirmar, em referência a Leiria e a Aveiro, a pena dolorosa do Vaticano quando da supressão, provada pela sua jubilosa alegria quando da restauração das duas dioceses.

No que respeita a Aveiro — o único problema que aqui nos interessa — a nova diocese ficou constituída com as freguesias dos concelhos de Águeda, Anadia, Aveiro, Ílhavo, Oliveira do Bairro, Vagos, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Murtosa e Sever do Vouga, com a sua Sé Catedral na igreja paroquial de Nossa Senhora da Glória. A Bula foi dada em Castelgandolfo em 24 de Agosto de 1938.

A diocese da primeira fase não chegara a ter Capítulo e a nova remodelação, na impossibilidade prática de o criar, determina que entretanto sejam eleitos consultores «pro canonicis dioecesani», que seja construído o Seminário e que enquanto não for eleito Bispo próprio seja aceite como Administrador Apostólico o Senhor D. João de Lima Vidal, Arcebispo de Ossirinco, com todos os direitos, faculdades, funções e obrigações a que os Bispos Residenciais são obrigados.

O Senhor D. João de Lima Vidal, que recebera o seu baptismo e treino de Bispo nas terras adustas de Angola e não era novato como fundador de Bispados, pois organizara e fora o primeiro Prelado, da Diocese de Vila Real (1922), não era, consequentemente, um inexperiente nesta melindrosa e delicada missão quando Pio XII, de santa e imortal memória, por carta de 12 de Janeiro de 1940, do cardeal Luís Maglione seu Secretário de Estado, aceitou o pedido de demissão que o Senhor Arcebispo de Ossirinco lhe fizera do seu cargo de Superior-Geral e Di-

rector da Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas e seus Colégios Missionários, «para se dedicar totalmente à cura pastoral da Diocese de Aveiro», como seu Administrador Apostólico.

Mas Pio XII, ao mesmo tempo que exprimia ao Senhor D. João Evangelista a «sua augusta gratidão» pelo bom trabalho realizado em Cucujães na organização da Sociedade Missionária, considerando que as «belas esperanças de que é rica, já desde a sua aurora, a ressurgida Diocese de Aveiro» — são palavras suas — seriam em breve «consoladoras realidades», concedia-lhe a demissão solicitada e nomeava-o Bispo residencial.

Dias depois, em 16 de Janeiro, Pio XII enviava ao primeiro Bispo da diocese renovada a bula *Commissum humilitati Nostrae*, pela qual o grande iniciador e alma da restauração diocesana da Princesa do Vouga era canonicamente dado como Pastor, Regedor e Administrador, «tum in spiritualibus tum in temporalibus», à Diocese de Aveiro. Redundante seria acentuar que a escolha não foi apenas feliz, mas aquela mesma que se esperava, recebida, conseqüentemente, com sumo agrado. Neste, como em tantos outros factos ocorridos na história da Igreja, a *vox populi* foi efectivamente a *vox Dei*.

Sob a direcção hábil do primeiro Bispo do seu ressurgimento, foi efectivamente surpreendente a transformação religiosa dos territórios novamente incorporados na restaurada Diocese. Tem sido extraordinário o progresso material realizado nestas últimas décadas em todas as cidades, vilas e até nas aldeias de Portugal. O da cidade de Aveiro e seu distrito foi singular. Pois estamos em crer que, em parte nenhuma do país, o progresso espiritual da grei acompanhou tão sensivelmente de perto o surto material da vida portuguesa como em Aveiro e seu Distrito.

Este facto nada tem de miraculoso e a alma do mistério está desvendada. Este facto deve-se fundamentalmente à fundação da Diocese, do seu Seminário, ao considerável aumento das fileiras do seu Clero, ao seu Povo agora mais consciente dos seus deveres da hora presente e à mão delicada e forte que, desde os seus primeiros vagidos e guiando-lhe os mal seguros passos, esteve ao timão do seu governo.

As «belas esperanças» nutridas por Pio XII são já, efectivamente, «consoladoras realidades», palpáveis realidades para

quem quer que conheça Aveiro nestes últimos trinta anos. E se quem preside actualmente aos seus destinos espirituais se não dá por satisfeito mas se sente empolgado pela ânsia de um progresso ainda mais vasto e sobretudo mais profundo, esta ansiedade e este programa, de cujo êxito não há que duvidar, deve-se, incontestavelmente, à lição já colhida e lançam as suas mais profundas raízes na restauração felicíssima da Diocese Aveirense. E este facto, dos mais relevantes da sua história milenária, tanto para o presente como para o porvir, bem merecia ser assinalado.

*PADRE ANTÓNIO BRÁSIO*

*C. S. Sp.*

## DOCUMENTOS

### I

#### *CARTA RÉGIA DE APRESENTAÇÃO DO 1.º BISPO DE AVEIRO*

(28-9-1773)

Muito Santo em Christo Padre e muito bemaventurado Senhor. O vosso devoto e obediente filho Dom Joseph, por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc., com toda a humildade envia beijar seus santos pés.//

Muito Santo em Christo Padre e muito bemaventurado Senhor. Porquanto na disforme extensão do bispado de Coimbra não coube até agora que nem hum só Prelado diocesano podesse apascentar as numerosas ovelhas delle, nem que estas viessem buscar no seu Pastor os devidos remedios nos seus negocios espirituaes e temporaes, que são da inspecção da Igreja; tenho supplicado com estes justos motivos a Vossa Santidade houvesse por bem que do mesmo bispado se dividisse a comarca de Esgueira, para nella constituir hum nova diocese, a que sirva de cabeça a cidade de Aveiro, constituindo a mesma comarca o territorio da nova diocese; que

o estabelecimento da Sé della se faça, ou no templo da Misericordia da mesma cidade, muito proprio pela sua grandeza e estructura, ou na parochia de S. Miguel, como na execução das letras de Vossa Santidade se achar que hé mais commodo; e supplicando agora a Vossa Santidade que o priorado, coadjutoria, thesouraria e beneficios da dita igreja de S. Miguel, e as outras tres parochias da mesma cidade fiquem tambem unidas ao mesmo bispado, não obstante que até agora pertencessem todas as referidas quatro igrejas à Ordem Militar de S. Bento de Aviz; porque como Governador e perpetuo Administrador della, e padroeiro das ditas quatro igrejas, não só consinto nas sobreditas uniões, mas tambem as supplico a Vossa Santidade, como tambem a faculdade de se applicar das massas dos dizimos do referido arcediagado e parochias mais algumas porções, que sejam competentes para constituir o patrimonio do mesmo Cabido, e o da fabrica da dita nova diocese. //

E na confiança daquella graça de Vossa Santidade, nomeio e apresento para Prelado da dita nova diocese de Aveiro a Antonio Freyre Gamaireiro, Doutor na faculdade de leys, Deão da Santa Igreja Cathedral de Lamego, e actual Lente da Universidade de Coimbra, fazendo esperar as virtudes, letras e mais qualidades que nelle concorrem, que acudirá ás obrigações daquelle bispado, como convem ao serviço de Deos e ao bem espirital das almas delle; para que Vossa Santidade lhe mande passar as suas letras apostolicas, nas quaes se faça expressa menção desta minha nomeação e apresentação, e se declare o direito do padroado, que na mesma Igreja me compete, na fórma que da minha parte mais particularmente exporá a Vossa Santidade o meu Ministro Plenipotenciario nessa Côrte. //

Muito Santo em Christo Padre e muito bemaventurado Senhor, Nosso Senhor por largos tempos conserve a pessoa de Vossa Santidade em seu santo serviço.

Escripta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em vinte oito de setembro de mil setecentos setenta e tres. //

[Autógrafo]: Muito obediente filho de Vossa Santidade. //

El Rei

(Lugar † do selo)

a) Marquez de Pombal.

*Collecção dos Negocios de Roma*, Lisboa, 1874, III, p. 272-273.



BREVE DE ERECÇÃO DA DIOCESE DE AVEIRO  
(12-4-1774)

CLEMENS PAPA XIV  
AD PERPETUAM REI MEMORIAM.

MILITANTIS ECCLESIAE gubernacula, quae copiosus in misericordia Deus ad hoc Nobis, meritis quamvis imparibus committere voluit, ut tamquam de vertice montis ad universa christiani orbis loca reflectentes intuitum, quid ad divini cultus augmentum conferat, quidve animarum saluti quomodolibet conveniat, attentius prospicere non omittamus, demandata tenentes, novas propterea quandoque Sedes, novosque instituimus Pastores, aliaque opportuna praebemus auxilia, ut oves eorum curae concreditae spiritualibus incrementis jugiter proficiant; atque sublimium Principum id postulantium votis libenter annuimus, quemadmodum omnibus mature perpensis magis in Domino expedire arbitramur.//

Nuper siquidem pro parte charissimi in Christo filii nostri Josephi, Portugalliae et Algarbiorum Regis Fidelissimi, Nobis expositum fuit per dilectum filium Franciscum de Almada et Mendonça, Commendatorem Miliciae Domini Nostri Jesu Christi, ejusdem Josephi Regis apud Nos et hanc Sanctam Sedem Ministrum Plenipotentiarium, quod cum propter Conimbricensis Dioecesis amplitudinem ac vastitatem, unus idemque Pastor tam gravi ferendo oneri impar dignoscatur; neque totam Dioecesim hanc, concreditumque sibi populum, ea, qua par est diligentia, sollicitudine et alacritate dirigere atque cognoscere, et suarum ovium spiritualibus necessitatibus praesto esse minime valeat; hinc idem Josephus Rex, pro ejus eximia sane ac singulari pietate, atque spirituali animarum bono et utilitate, Proveditoriam vulgo nuncupatam, seu comarcam de Esgueira, a dicta Dioecesi Conimbricensi per Nos separari, atque ex ea unum Episcopatum erigi, oppidumque civitatem nuncupatam de Aveiro<sup>(1)</sup> pro residentia novi Episcopi Aveirensis nuncupandi assignari, necnon decem et novem Parochiales Ecclesiae magni Archidiaconatus de Cea, infra limites ejusdem Dioecesis Conimbricensis existentes, alii Dioecesi Egitionensi, cui finitimae sunt, uniri plurimum desiderat: Nobis propterea humiliter sup-

---

(1) A vila de Aveiro não foi elevada a cidade pelo breve de Clemente XIV, como sucedia geralmente, pois o fora previamente por alvará régio de 11 de Abril de 1750.

plicari fecit, ut in praemissis opportune providere, et ut infra indulgere de benignitate apostolica dignaremur.//

Nos igitur ejusdem Josephi Regis singulare studium, ac procurandae animarum salutis zelum quam maxime in Domino commendantes, piisque ejus votis, quantum cum eodem Domino possumus, benigne annuere volentes, motu etiam proprio, atque ex certa scientia et matura deliberatione, nostris deque apostolicae potestatis plenitudine, ad id accedente consensu ipsius Josephi Regis, necnon venerabilis Fratis Episcopi Conimbricensis, ac dilectorum filiorum Capituli et Canonicorum Ecclesiae Cathedralis Conimbricensis hujusmodi consensum supplentes, memoratam Proveditoriam, seu comarcam de Esgueira, ejusque territorium, cujus confines praesentibus pro expressis haberi volumus, cum omnibus et singulis ecclesiis, monasteriis, capellis et aliis ecclesiasticis ac piis locis, necnon populo, incolis, habitatoribus, caeterisque ecclesiasticis ac saecularibus personis, rebus quoque et bonis eorundem in territorio praedicto existentibus ab episcopali jurisdictione, superioritate, subjectione, visitatione et correctione, ac potestate ejusdem nunc et pro tempore existentibus Episcopi Conimbricensis prorsus eximimus et perpetuo dismembramus; dictumque oppidum in civitatem Aveirensem nuncupandam erigimus<sup>(2)</sup>, et civitatem esse, ac futuris temporibus nuncupari debere decernimus, ac unam ex Ecclesiis ibidem existentibus, sive nempe Sancti Michaelis<sup>(3)</sup>, sive aliam sub titulo Misericordiae, quam infrascriptus praesentium nostrarum litterarum Executor a Nobis deputandus aptiorem ac decentiorem judicaverit pro meliori ac commodiori divino servitio in ea a futuris Capitularibus praestando, sub titulo ejusdem Josephi Regis arbitrio designando, in Cathedralem Ecclesiam, cum omnibus praeeminentiis et praerogativis Cathedrali Ecclesiae congruentibus, pariter erigimus, et episcopalis dignitatis honore ac titulo insignimus, pro uno Episcopo Aveirensi nuncupando, qui ei praeesse valeat et prodesse, omnibusque insigniis episcopalibus et honoribus Episcopis de jure competentibus uti, frui et gaudere possit et debeat; atque eidem sic erectae Ecclesiae Aveirensi praedictum oppidum in civitatem, ut praefertur, erectum pro civitate, in qua pro tempore existens Episcopus residebit in palatio ab eodem Executore desig-

(2) Clemente XIV, como está dito na nota precedente, não elevou Aveiro a cidade. Este passo está em aberta contradição com os factos e com o texto precedente do próprio breve. Deve querer dizer — mas não diz — que criou a cidade de Aveiro *cidade episcopal*.

(3) A igreja de S. Miguel, matriz de Aveiro, existiu no local em que está actualmente a praça da República, tendo sido demolida em 1835. A igreja escolhida para ~~cathedra~~ *catedral* foi a da Misericórdia.



nando<sup>(4)</sup>, et dictam Proveditoriam, seu comarcam de Esgueira, una cum suo territorio a dicta Dioecesi Conimbricensi, ut praemittitur dismembratam pro ejusdem Ecclesiae Aveirensis Dioecesi, cum omnibus et singulis Ecclesiis, Vicariis, Paraeciis, Beneficiis, Monasteriis, Conventibus, Clero, personis saecularibus et regularibus in eis respective existentibus, et comorantibus, motu, scientia et potestatis plenitudine paribus, etiam perpetuo concedimus, tribuimus et assignamus. // <sup>(5)</sup>.

Necnon eandem Proveditoriam, seu comarcam, una cum ejus territorio quae a Dioecesi Conimbricensi, ut praefertur, dismembrata fuit, Episcopo Aveirensi quoad Episcopalem, et Archiepiscopo Bracharensi quoad metropolitancam jurisdictionem et superioritatem perpetuo pariter subijcimus, Ecclesiamque ipsam Aveirensensem suffraganeam pro tempore existentis Archiepiscopi Bracharensis esse debere decernimus et declaramus. //

Ac insuper, ut praedicta Ecclesia Aveirensis suum proprium habeat Capitulum, illum numerum canonicatum et dimidiorum canonicatum, atque capellaniarum, sub suis tamen congruis et convenientibus, atque a jure approbatis respective denominationibus, titulis, et invocationibus, quem infra dicendarum rerum, applicandarum fructus, et redditibus permitturi sunt, etiam erigimus et instituimus. Qua de re pro dote, tam dictae Ecclesiae Episcopalis Aveirensis, quam illius Mensae Capitularis et fabrica Cathedralis Ecclesiae hujusmodi, tam prioratum, coadjutoriam et thesaurieratum, quam beneficia praedictae Ecclesiae Sancti Michaelis, necnon alias tres Parochiales Ecclesias ejusdem civitatis Aveirensis, licet quatuor Ecclesiae hujusmodi ad Militarem Ordinem Sancti Benedicti de

(4) Os Bispos de Aveiro tiveram o seu paço no palácio dos Tavares e Távora, na Rua dos Tavares.

(5) O breve não é excessivamente claro na designação das igrejas que constituíam a Diocese. Marques Gomes na sua obra *O Districto de Aveiro*, Coimbra, 1877, p. 116-117, traz os arceprestados e freguesias que formaram o novo Bispado. *Albergaria-a-Velha*, com as freguesias de Albergaria-a-Velha, Branca, Canelas, Macinhata de Seixa, Ossela, Palmaz, Pinheiro da Bemposta, Ribeira de Fráguas, S. Martinho de Salreu, Travanca e Vale Maior. — *Recardães*, com as paróquias de Agadão, Aguada de Baixo, Aguada de Cima, Águeda, Arcos, Avelãs de Caminho, Avelãs de Cima, Barrô, Belazaima, Castanheira do Vouga, Macieira de Alcoba, Moita, Préstimo, Recardães e Talhadas. — *Vilarinho do Bairro*, com as freguesias de Ancas, Fermenelos, Oia, Ois do Bairro, Oliveira do Bairro, Sangalhos, S. Lourenço do Bairro e Vilarinho do Bairro. — *Soza*, com Covão do Lobo, Mamarosa, Mira, Mariz, Troviscal, Soza, Vagos e Vila Nova da Palhaça. — *Codal*, com Carregosa, Castelões, Cepelos, Codal, Macieira de Cambra, Roge, Vila Chã e Vila Cova do Perrinho. — *Segadães*, com Alquerubim, Angeja, Espinhel, Fermelã, Frossos, Lamas, Macinhata do Vouga, Ois da Ribeira, Segadães, Travação, Trofa, S. João de Loure e Valongo. — *Aveiro*, com as paróquias de Aveiro (N. Sr.<sup>a</sup> da Glória), Aveiro (Vera Cruz), Cacia, Eixo, Eirol, Esgueira, Ilhavo, Oliveirinha do Vouga, S. Pedro das Aradas e Requeixo. Ao todo 73 freguesias.

Avis pertinere dignoscantur, postquam per cessum vel decessum, aut alias quomodolibet ex persona illas vel illa obtinentium vacare contigerit, de ipsius Josephi Regis consensu, eidem Episcopatu Aveirensi perpetuo itidem unimus, annectimus et incorporamus; facultatemque praeterea ex decimis illius Archidiaconatus et Parochialium, nonnullas portiones ad id congruentes annuatim percipiendi, et constitutioni patrimonii seu Mensae Capitularis ejusmodi atque fabricae novae Cathedralis praedictae applicandi tribuimus et impertimur. //

Praeterea ipsi Josepho Regi, ejusque successoribus Portugalliae et Algarbiorum Regibus Fidelissimis regium patronatus, tam super nova Cathedrali praedicta Aveirensi, quam super canonicatibus, dimidiis canonicatibus et capellaniis, ut praemittitur, erectis, etiam pro prima hac vice, et perpetuo reservamus, atque concedimus. Necnon etiam futuro dictae novae Cathedralis Capitulo plenam et omnimodam facultatem quaecumque necessaria et opportuna statuta, ordinationes et decreta, licita tamen et honesta, ac sacris canonibus, praesertim vero Concilii Tridentini decretis et constitutionibus apostolicis non contraria condendi, ac edendi, ac edita pro temporum et rerum varietate ac qualitate mutandi, limitandi, corrigendi, declarandi, interpretandi ac in meliorem formam redigendi, seu alia de novo, et integre condendi et edendi tribuimus et impertimur. //

Insuper dignitates in memorata Ecclesia Aveirensi obtinentibus, et Capitulo atque Canonicis ejusdem Ecclesiae, aliisque Capituli et Ecclesiae ejusmodi personis et Ministris pro tempore existentibus, ut omnibus et singulis praeeminentiis, praerogativis, facultatibus, indultis, favoribus, gratiis et privilegiis, quibus aliarum Cathedralium Ecclesiarum Regni Portugalliae dignitates obtinentes, Capitula et Canonici fruuntur, potiuntur et gaudent (exceptis privilegiis titulo oneroso acquisitis), ac uti, frui, potiri et gaudere possunt, et poterunt in futurum, pari modo uti, frui, potiri et gaudere libere ac licite possint et valeant concedimus et indulgemus. //

Ad haec decem et novem Ecclesias unam partem usque adhuc constituentes Archidiaconatus de Cea nuncupati, dictae Dioecesis Conimbricensis, nuncupatas de Nabaes, Nabainhos, Mello, Freixo da Serra, Linhares, Salgueirae, Carapichana, Villa Cortês, Villa Ruiva, Mesquitella, Juncas, Villa Franca, Cabra, Arcosello, Nespereira, Vinhó et Rio Torto, quaeque finitimae sunt Dioecesi Egitanensi, ab altera Dioecesi Conimbricensi praedicta, et ab Episcopali jurisdictione, visitatione et potestate, nunc et pro tempore existentis Episcopi Conimbricensis, omnino eximimus et dismembramus, illasque cum omnibus et singulis beneficiis et personis, sive

saecularibus in eisdem decem et novem Parochialibus existentibus praedictae Dioecesi Egitanensi unimus et assignamus et perpetuo pariter ad illam pertinere declaramus. //

Quocirca dilecto filio nostro Innocentio, Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinali de Comitibus nuncupato, quem in Executorem praesentium nostrarum litterarum deputamus, plenam, liberam, amplam et omnimodam facultatem et auctoritatem per se vel alium seu alios ab ipso subdelegandos et deputandos, pro spirituali dignitatum Capituli et Canonicorum hujusmodi novae Cathedralis Aveirensis directione et regimine, ac onerum illis incumbentium supportatione, Missarum, Horarum Canonicarum divinarum, tam diurnorum quam nocturnorum Officiorum, Processionum, Funeralium et Anniversariorum celebratione, aliisque divinum servitium in eadem Cathedrali Ecclesia respicientibus, quae necessaria et opportuna fuerint visa, statuendi et decernendi, numerumque Capitularium hujusmodi, juxta reddituum quantitatem constituendi, ac fructus tam novae Ecclesiae quam futurorum Capitularium hujusmodi, proportionaliter ac juxta gradus cujusque differentiam, prout justius judicabitur assignandi, omniaque alia, et quaecumque tam in praemissis quam circa earumdem praesentium executionem et effectum quomodolibet necessaria et opportuna agendi, faciendi et quidquid expediens et consentaneum vedibitur, etiam si in praesentibus minime expressum sit (cum consilio tamen in omnibus et consensu ejusdem Josephi Regis) gerendi eisdem, motu, scientia et potestatis plenitudine concedimus, tribuimus et impertimur. //

Insuper Capitulum dictae Cathedralis Ecclesiae Aveirensis, ejusque pro tempore existentes Canonicos, a solutione tam dimidie annatae Cancellariae Apostolicae, quam etiam quindenniorum, ratione perpetuae applicationis fructuum unitorum debita, perpetuo eximimus et liberamus: Decernentes ipsas presentes litteras, et in eis contenta quaecumque, nullo unquam tempore de subreptione vel obreptionis, aut quovis alio defectu, etiam ex eo quod causae, propter quas praesentes litterae emmanarunt, coram Nobis vel alibi verificateae, et dilecti filii Capitulum atque Canonici Cathedralis Ecclesiae Conimbricensis praedictae, necnon quicumque alii in praemissis interesse habentes, seu habere praetendentes, ad id vocati, citati, auditique non fuerint, et praemissis non consenserint, aut alio quovis defectu notari, impugnari, invalidari, retractari in jus, vel controversiam vocari, ad terminos juris reduci, remedium impetrari, vel sub quibusvis similium vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, aut aliis contrariis dispositionibus, etiam per quascumque constitutiones apostolicas, aut Cancellariae Apostolicae praedictae regulas,

quandocumque, etiam in crastinum assumptionis successorum nostrorum ad summi apostolatus apicem, vel alias quandocumque editas, seu sub quibusvis tenoribus et formis emanatas, ac in posterum emanandas, nullatenus comprehendendi, sed semper ab illis exceptas, et quoties illae emanabunt, toties in pristinum et validissimum statum, etiam sub quacumque posteriori data, per pro tempore existentes Episcopum ac Dignitates, Capitulum et Canonicos Ecclesiae Aveirensis huiusmodi eligenda, restitutas, repositas et plenarie reintegratas et denuo concessas, semperque validas esse et fore, suosque plenarios et integros effectus sortiri et obtinere, necnon Episcopo, Dignitatibus, Capitulo et Canonicis Ecclesiae Aveirensis huiusmodi pro tempore existentibus perpetuo suffragari: //

Sicque in praemissis per quoscumque Iudices ordinarios et delegatos quavis auctoritate fungentes, sublata eis et eorum cuilibet, quavis aliter iudicandi et interpretandi facultate et auctoritate iudicari et definiri debere, ac irritum et inane, si secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari. Non obstantibus nostris et Cancellariae Apostolicae regulis de gratiis ad instar non concedendis, ac de exprimendo vero annuo valore, et de unionibus committendis ad partes, vocatis quorum interest, ac Lateranensis Concilii novissime celebrati, uniones perpetuas, nisi in casibus a jure permissis fieri prohibentis, ac quibusvis apostolicis, ac in universalibus provincialibusque, et synodalibus Conciliis editis generalibus, vel specialibus constitutionibus et ordinationibus. Quibus omnibus et singulis, etiamsi de illis eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa et individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio seu quaevis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, tenores huiusmodi, ac si de verbo ad verbum, nihil penitus omisso, et forma in illis tradita observata exprimerentur et insererentur, praesentibus pro plene et sufficienter expressis et insertis habentes, illis alias in suo robore permansuris, ad praemissorum effectum hac vice dumtaxat specialiter et expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscumque. //

Volumus autem quod taxa Cathedralis Ecclesiae Aveirensis praefatae in libris Camerae describatur in ea quantitate, quae in executione praesentium dismembrata erit ab Ecclesia Conimbricensi, et taxa ipsius Ecclesiae Conimbricensis respective minus debeat, atque reduci, etiam pro alia quantitate assignata Ecclesiae Egitionensi, cujus propterea taxa proportionaliter augenda sit, quodque attentis peculiaribus circumstantiis praesens haec gratia uti per nostras litteras in forma brevis concessa, minime transeat in exemplum, nec pro exemplo allegari omnino valeat. //

Datum Romae, apud Sanctam Mariam Majorem, sub annulo Piscatoris, die xii Aprilis MDCCLXXIV. Pontificatus Nostri anno quinto.

A. Card. Nigronus.

Loco † annuli Piscatoris.

TORRE DO TOMBO — Bulas, 55-10. (Original).

COLEÇÃO DOS NEGÓCIOS DE ROMA, Lisboa, 1874, Parte III, p. 315-318. — Fortunato de Almeida-*História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1917, Tom. IV, Part. I, p. 477-487, com a tradução portuguesa. — *Bullarii Romani Continuatio*, Prati, MDCCCXLV, Tom. Quintus, p. 703-706. — Idem, Romae, 1841, Tom. Quartus, p. 690-693.

### III

#### CÉDULA CONSISTORIAL DE D. ANTÓNIO FREIRE GAMEIRO DE SOUSA (18-4-1774)

Romae, In Palatio Apostolico Quirinali. Feria II. Die XVIII Aprilis 1774 — fuit Consistorium Secretum, in quo Sanctissimus Dominus Noster [...].

Sanctitate Sua Referente, ad praesentationem Serenissimi Regis Fidelissimi, providit Ecclesiae Aveirensi, nuper ab eadem Sanctitate Sua in Cathedralem erectae, et ab ejus primaeva erectione vacanti, de persona R. Antonij Freire Gameiro de Sousa, Subdiaconi Lisbonensis, Juris utriusque Doctoris, Fidem etc. professi, omniaque habenti, ipsumque illi in Episcopum praefecit et Pastorem. Curam etc. committendo, cum dispensatione super eo quod in Sacro tantum Subdiaconatus Ordine sit constitutus, ac retentione compatibilium, quae obtinet, ac pensionum, quas percipit, nec non cum decreto, quod nec munus Consecrationis suscipere, neque ullum Ordinis et Jurisdictionis actum exercere valeat, donec et quousque Literae Apostolicae super dismembratione, assignatione et erectione hujusmodi jam expeditae, suum sortitae fuerint plenarium effectum. Absoluens etc. Cum clausulis etc.

ARQUIVO DO VATICANO — *Acta Camerarii*, vol. 38, fls. 21-21v.

## IV

AVISO AO EM.<sup>mo</sup> CARDEAL CONTI  
NÚNCIO APOSTÓLICO EM LISBOA  
(18-5-1774)

Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Sr. //

Tenho a honra de passar às mãos de V. Em.<sup>a</sup> o traslado authenticico das letras apostolicas em fórmula de breve, dirigidas a V. Em.<sup>a</sup> na data de 12 de abril do presente anno, em que Sua Santidade erigio o novo bispado de Aveiro, desmembrado do de Coimbra, e separou delle e unio ao da Guarda as terras e logares nellas declarados; havendo Sua Magestade recebido com grande gosto as referidas letras, e acordando para a execução dellas, em tudo que necessario fôr, o seu real auxilio.

Com esta ocasião tenho a honra de confirmar na presença de V. Em.<sup>a</sup> os meus obsequiosos e immutaveis desejos de servi-lo.

Palacio de Nossa senhora da Ajuda, em 18 de maio de 1774. //

De V. Em.<sup>a</sup> //

Obsequiosissimo e obrigadissimo servidor.

*Marquez de Pombal*

*Collecção dos Negocios de Roma*, Lisboa, 1874, Parte III, p. 274-275.

## V

CÉDULA CONSISTORIAL DA NOMEAÇÃO  
DE D. ANTÓNIO JOSÉ CORDEIRO  
(20-7-1801)

Romae. In Palacio Apostolico Quirinali. Feria Secunda. Die XX Julii MDCCCI. Fuit Consistorium Secretum. In quo Sanctissimus Dominus Noster.

Taxa Florenos 800. Fructus 20<sup>m</sup> [20.000] et ultra Cruciatorum illius monetae, nulla pensione gravati.

Sanctitate Sua proponente ad praesentationem Celsissimi Domini Joannis Principis Brasiliae, et in praesens Regnorum Portugalliae et Algarbiorum Regentis, providit Ecclesiae Aveirensi, vacanti per obitum bonae memoriae



Antonii Freire Cameiro de Souza, ultimi illius Episcopi, extra Romanam Curiam defuncti, de persona R. Antonii Josephi Cordeiro, Presbyteri Colimbriensis, Juris Canonici Doctoris. Fidemque etc. professi, omniaque etc. habentis, ipsumque illi in Episcopum praefecit et Pastorem, curam etc. committendo, cum Decreto, quod curet omnino erigi quam primum Ecclesiam Cathedralem, Dignitates et Canonicatus, Theologalem ac Poenitentiarium Praebendas institui, praefiniri Episcopium, Seminarium compleri, Montemque pariter Pietatis erigi curet, ejus conscientiam super his onerando. Absoluens etc., cum clausulis etc.

IBIDEM — *Acta Camerarii*, vol. 49, fl. 199.

# VI

## CÉDULA CONSISTORIAL DA NOMEAÇÃO DE D. MANUEL PACHECO DE RESENDE

(4-9-1815)

Romae. In Palatio Apostolico Quirinali. Feria II, die IV Mensis Septembris MDCCCXV, erit Consistorium Secretum, in quo Sanctissimus Dominus Noster.

Taxa Florenos 800. Fructus 30 <sup>m</sup> [30.000] circiter Cruciatorum illius monetae, nulla pensione gravati.

Sanctitate Sua proponente ad praesentationem Celsissimi Domini Joannis Principis Brasiliae, et in praesens Regnorum Portugalliae et Algarbiorum Regentis, providit Ecclesiae Aveirensi, vacanti per obitum bonae memoriae Antonii Josephi Cordeiro, ultimi illius Episcopi, extra Romanam Curiam defuncti, de persona R. D. Emmanuelis Pacheco de Rezende, Presbyteri Colimbriensis, Sacrae Theologiae Doctoris. Fidem etc. professi, omniaque etc. habentis, ipsumque illi in Episcopum praefecit et Pastorem, curam etc. committendo, cum Decreto quod Canonicatus, quem in Cathedrali Eborensi obtinet, per hujusmodi provisionem vacet eo ipso, et curet omnino erigi quam primum Ecclesiam Cathedralem, Dignitates et Canonicatus, Theologalem ac Poenitentiarium Praebendas institui, praefiniri Episcopium, Seminarium compleri, Montemque Pietatis pariter erigi, ejus conscientiam super his onerando. Absoluens etc., cum clausulis etc.

IBIDEM — *Acta Cammerarii*, vol. 51, fl. 117-A.

## VII

## DIRECÇÃO GERAL DOS NEGÓCIOS ECLESIASTICOS

(12-11-1869)

Senhor //

É geralmente reconhecida a necessidade de reduzir o numero actual das dioceses do reino, que nem é compatível com a estreiteza dos recursos do paiz, nem justificado pelas necessidades do culto, e pelo decoro e esplendor da religião.

Não só a conveniencia reciproca do estado e da igreja, e o exemplo de outras nações, senão as mesmas lições da historia patria, estão persuadindo a incontestável verdade d'este asserto.

Muitas e variadas alterações tem soffrido a divisão ecclesiastica do reino; mas ainda nas epochas de mais esplendida gloria, e de mais firme prosperidade, era tão reduzido o numero das dioceses, que bem se pode buscar ahi lição e argumento para a diminuição das actuaes <sup>(1)</sup>, sem desluzimento das prerogativas da igreja, nem quebra do respeito devido, e inalteravelmente observado, à religião de nossos paes.

N'esses tempos (1540) Portugal tinha só duas provincias ecclesiasticas — a braccharense e a lisbonense. Das metropoles d'estas duas provincias, Braga e Lisboa, eram respectivamente suffraganeas todas as outras igrejas cathedraes, de modo que as sés eram então as seguintes: Braga, metropole com o titulo de primaz das Hespanhas, tendo por suffraganeos os bispados de Vizeu, Porto e Coimbra; Lisboa, tendo por suffraganeos os bispados de Lamego, Guarda, Evora e Silves, havendo assim em todo o continente do reino sete bispados e dois arcebispados.

No reinado de D. João III erigiram-se de novo os bispados de Miranda, Leiria e Portalegre <sup>(2)</sup>, e foi elevado à categoria de arcebispado metropolitano o bispado de Évora <sup>(3)</sup>.

No reinado de ElcRei D. Sebastião erigiu-se o bispado de Elvas <sup>(4)</sup>. E ultimamente, no reinado do Senhor D. José I crearam-se os seguintes bis-

(1) A afirmação é sophistica. A situação referida não implica argumento nem lição para a redução pretendida. Não se pode sequer inferir que fosse satisfatória para as necessidades espirituais do país, de outro modo não teria tido razão de ser — e teve — a modificação posterior.

(2) Bulas *Pro excellenti*, de 22 de Maio de 1545 (Miranda e Leiria) e *Pro excellenti* de 21 de Agosto do mesmo ano (Portalegre).

(3) Bula *Gratiae divinae praemium* de 24 de Setembro de 1540.

(4) Bula *Super cunctas* de 9 de Junho de 1570.

pados: Bragança, Penafiel, Aveiro, Pinhel, Castello Branco, Beja e Vila Nova de Portimão, que não chegou a formar-se<sup>(5)</sup>, apesar de ter sido nomeado bispo para elle, o que mais tarde foi nomeado e confirmado bispo de Portalegre em 1778<sup>(6)</sup>.

No reinado da Senhora D. Maria I foram unidos os dois bispados de Miranda e Bragança, com a séde n'esta ultima cidade<sup>(7)</sup>, e supprimiu-se o bispado de Penafiel, annexando-se o seu territorio à diocese do Porto, donde havia sido desmembrado<sup>(8)</sup>.

Por esta succinta exposição se vê que o numero das dioceses, a principio reduzido, e porventura sufficiente para as necessidades religiosas dos povos<sup>(9)</sup>, se foi ampliando no discorrer do tempo, volvendo depois a circumscrever-se em mais modestas dimensões pela suppressão e annexação de alguns bispados, pouco antes erectos<sup>(10)</sup>.

A actual divisão ecclesiastica do reino e ilhas compõe-se de tres provincias metropolitanas, que são Lisboa, Braga e Evora, e dezeseis bispados suffraganeos, dos quaes seis pertencem a Braga, cinco a Lisboa e 3 a Evora. Com os dois bispados das ilhas adjacentes perfazem o numero de dezenove.

D'estes dezenove ha quatro — Portalegre, Aveiro, Pinhel e Castello Branco — dirigidos por vigarios geraes, os quaes, em virtude do convenio de 21 de outubro de 1848, são escolhidos pelos respectivos metropolitans.

Dos factos, que ficam postos, naturalmente se deduz a desnecessidade de tão grande numero de dioceses, não só no tocante aos commodos espi-

(5) Cfr. Silva Lopes em *Memorias para a historia ecclesiastica do Algarve*, p. 603 e sgs. e Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1917, Tom. IV, Parte I, p. 6-7. Sobre Castello Branco, Penafiel, cfr. o nosso estudo *Três Dioceses Pombalinas*, em *Lusitania Sacra*, Tomo III, 1958.

(6) D. Frei Lourenço de Santa Maria, resignatário do arcebispado de Goa, por falta de saúde, foi designado pelo Marquês de Pombal para bispo da nova diocese de Aveiro se resignasse Faro, para permitir a divisão da diocese e criação da diocese de Vila Nova de Portimão. Sabe-se que o prelado se recusou e a perseguição que lhe moveu o primeiro-ministro. O cônego doutoral da Guarda, Manuel Tavares Coutinho da Silva, freire de Santiago e lente da Universidade de Coimbra, foi nomeado para bispo de Vila Nova de Portimão. Como o projecto se gorou com o falecimento de D. José I (24-2-1777), Coutinho da Silva foi efectivamente eleito bispo de Portalegre em 1 de Maio de 1778.

(7) Bula *Romanus Pontifex* de 27 de Setembro de 1780.

(8) Cfr. o nosso estudo citado.

(9) A medida que a população do país foi aumentando tornou-se evidentemente necessário desmembrar as dioceses e criar outras de novo, exactamente para as ajustar às «necessidades religiosas dos povos», se bem que nem sempre com inteira clarividência, como succedeu com algumas das dioceses — não todas — criadas pelo Marquês de Pombal.

(10) Refere-se às dioceses criadas pelo Marquês de Pombal. Suprimida, nesta data, apenas o fora a diocese de Pinhel. O arranjo Bragança-Miranda teve cunho muito especial.

rituaes, mas tambem no que diz respeito às mesmas conveniencias temporaes dos povos. E a par da necessidade da redução, avulta logo a desproporção e a desigualdade que ha na divisão dos territorios das mesmas dioceses.

Algumas breves apreciações porão em relevo esta verdade. A provincia do Minho, e uma parte consideravel da de Traz os Montes, pertencem ao arcebispado de Braga, que se divide em 27 comarcas ecclesiasticas com a designação de arciprestados; d'estes alguns compõem-se de maior numero de freguesias que alguns bispados. Assim Elvas tem apenas 37 parochias e Portalegre 35, enquanto o arciprestado de Barcellos comprehende 99 freguezias, o de Guimarães 98, o de Braga 72, e o de Villa Real 58 <sup>(11)</sup>.

Estas desigualdades entre o numero de parochias, que compõem umas e outras dioceses, e a desproporção na divisão do territorio que lhes pertence, mostram a possibilidade e a conveniencia de supprimir os pequenos bispados, pois que não só subsistem os grandes, mas ainda accodem pontualmente ao cumprimento dos deveres e à satisfação dos encargos que lhe exige a administração ecclesiastica em tão largos tratos de terreno e no meio de tão abundantes povoações.

Importa pois corrigir as incoherencias de tão desordenada divisão territorial e alcançar pela redução de algumas dioceses, e pela alteração da actual circumscripção ecclesiastica, a igualdade na distribuição das parochias que permittirem as necessidades dos povos e as conveniencias da boa e racional administração religiosa.

Demais, o desenvolvimento da viação publica tem assumido nos ultimos annos taes proporções entre si, e com as capitaes das dioceses, que ora o são ou de futuro venham a sê-lo, que não poderão allegar-se plausiveis fundamentos para defender a conservação de tão grande numero de bispados <sup>(12)</sup>.

Sobre estas considerações avultam as que naturalmente suggere a situação angustiosa da fazenda publica, que não consentindo larguezas na distribuição dos rendimentos do estado, obriga os poderes publicos a severas economias, assim na distribuição civil, como ecclesiastica.

Temos dezenove bispados, Isso não basta. Onde se mantiver um bispo, forçoso é que a seu lado, e como accessorio indispensavel ao lustre do culto, e conveniente ao bom regimen da diocese, haja um cabido, uma

(11) Estas interessantes estatísticas não constituem argumento para a redução das dioceses, mas quando muito para a revisão e distribuição equitativa das paróquias.

(12) Este argumento do «desenvolvimento da viação publica» a defender a supressão das dioceses, é dos mais luminosos e cheios de graça para quem não desconhecer o que eram as redes rodo e ferroviárias do tempo de José Luciano de Castro.

fabrica da cathedral e um seminario, instituidos e conservados com a regularidade e decencia que taes estabelecimentos exigem. E o que succede n'um bispado ha de repetir-se nos restantes.

A quanto monta a despeza requerida pela conservação não só de tantos bispos, senão dos estabelecimentos accessorios, a que acabo de alludir, facil é de antever-se. E quando os esforços dos governos, e as exigencias da opinião publica confluem para impor a mais parcimoniosa economia na applicação dos rendimentos publicos, triste contraste fôra com a pobreza do thesouro a larga dotação, que tornaria indispensavel a conservação de tantos bispados, e de igual numero de cabidos <sup>(13)</sup>, fabricas e seminários <sup>(14)</sup>.

E pois que fallei em seminarios, vem a molde ponderar não só a difficuldade, senão a inutilidade da conservação de tantos, como os que necessitariam as dezenove dioceses <sup>(15)</sup>, pela escassa frequencia de alumnos, que estão longe de compensar na excellencia dos fructos a despeza da sua conservação.

E taes são, de feito, os encargos da sustentação dos seminarios, que ainda nos tempos em que as rendas ecclesiasticas ascendiam a avultadissimas sommas, nunca chegaram a fundar-se regularmente estes estabelecimentos, em Pinhel, Aveiro, Castello Branco, Elvas, Evora e Beja.

É verdade que hoje ha seminarios em quasi todos os bispados, mas poucos attingem o grau de perfeição que lhes é indispensavel. E quando o ensino decae, e os alumnos não recebem a instrução, com que devem preparar-se para as elevadas funcções do seu ministerio, padecem a um tempo grave damno a religião e o estado, que ambos lucram e se engrandecem com a illustração, moralidade, e apurada educação religiosa dos que se destinam ao serviço do culto.

Assim poes, não sendo possivel a conservação de tantos seminarios quantos os bispados, e devendo reputar-se antes nocivo do que proveitoso aos interesses da boa administração ecclesiastica a multiplicidade d'aquelles <sup>(16)</sup>, convem reduzi-los ao numero estrictamente necessario para acudir às necessidades do ensino.

Se consultarmos exemplos estranhos, mais ainda nos convenceremos da urgentissima necessidade de reduzir as dioceses do reino. Na Belgica, cuja população excede 4.800.000 habitantes, ha apenas 6 dioceses, isto é,

(13) O argumento tem somenos valor, pois algumas das dioceses, que se pretendia suprimir nunca tinham tido cabido.

(14) O próprio ministro confessa, mais abaixo, que nunca tinham tido seminário cinco das nove dioceses. O argumento tem, portanto, valor negativo.

(15) Aliás as 14 dioceses, pois 5 nunca chegaram a tê-los *regularmente* fundados.

(16) Vê-se que o ministro desejava reduzir ainda seminários das 14 dioceses que os tinham. Evidentemente, pois o seu plano era reduzi-las a 10...

uma para 800.000. Em França, cuja população se aproxima de 38.000.000 habitantes, ha apenas 84 dioceses, isto é, uma diocese para 450.000 habitantes, pouco mais ou menos. Em Hespanha, cuja população é de 17.000.000 proximadamente, ha 53 dioceses, isto é, uma para cada 320.000, termo medio. Em Portugal, cuja população no continente e nas ilhas adjacentes pouco excede a 4.000.000, contam-se actualmente 19 dioceses, isto é, uma para 210.000. E todavia, sem embargo d'esta grande desproporção, não pode dizer-se mais illustrado o nosso clero do que o d'aquelles paises (17).

As considerações que ficam expostas têm convencido os meus antecessores da necessidade de empenhar as suas forças na redução das dioceses. Na historia dos ultimos annos deparam-se-nos frequentes argumentos da sua illustrada iniciativa em tão ponderoso assumpto.

De longe vem as tentativas para a execução d'este pensamento. Mal restaurado o regimen liberal, e apenas esboçados os primeiros lineamentos das novas instituições (18), voltou logo o governo d'esse tempo a sua attenção para este momentoso objecto. E a junta do exame do estado actual e melhoramento temporal das ordens religiosas (19), em consulta de 11 de setembro de 1833, propoz que as dioceses fossem reduzidas a oito, que tantas eram as provincias do reino.

Seguiu-se depois a interrupção das relações entre Portugal e a còrte de Roma, que só foram restabelecidas em 1841.

Pela primeira vez, depois d'ese facto, se tentou em 1843 vir sobre este ponto a um accordo com a santa sé.

Em 8 de março do mesmo anno foi apresentada às còrtes uma proposta de lei para a redução das dioceses, que se converteu na lei de 29 de Maio de 1843. Esta lei porem só teve execução em dois dos seus artigos.

A redução das dioceses continuou a ser apenas uma aspiração dos poderes publicos, sempre combatida por invenciveis difficuldades, e sempre irrealisavel.

---

(17) O argumento é infantil. Não era a proporção portugueza que estava errada e que exigia, portanto, correcção, mas a estrangeira. O problema da «illustração» do nosso clero em confronto com o estrangeiro, já que este era mais «illustrado», só corroborava a manutenção do *statu quo* da situação diocesana nacional. A falta de «illustração» do clero portuguez exigia mais seminários, mais bem apetrechados e um mais reduzido encargo de almas.

(18) Sabemos que as «novas instituições» nasceram sob o signo e o programa da maçonaria; não é de estranhar que logo tenham voltado a sua attenção para o problema versado por Luciano de Castro.

(19) Fundada por decreto de 21 de Novembro de 1789 e instaurada por decreto de 23 de Agosto de 1833.



Em 1848 iniciaram-se novas tentativas de accordo. Pio IX succedera a Gregório XVI. Era internuncio em Portugal o cardeal di Pietro, plenipotenciário portuguez o sr. conde de Thomar. D'estas negociações resultou o convenio de 21 de outubro de 1848.

Em 28 de fevereiro de 1850 foi apresentada com os mesmos intuitos outra proposta de lei por um dos meus illustres predecessores.

A esta seguiu-se a lei de 3 de Agosto de 1853. Depois, em 3 de abril de 1857, o ministro respectivo apresentou sobre o mesmo assumpto uma proposta que não teve seguimento.

Finalmente entre os annos de 1854 e 1857 tratou-se, pela secretaria dos negocios estrangeiros, da união de Aveiro a Coimbra, e de Elvas a Portalegre.

Por onde se vê quanto ha sido perseverante o proposito, e reiteradas as diligencias dos differentes governos em procurar conseguir a redução das dioceses mediante o previo accordo da santa sé.

Não se tem perdoado a esforços nem aos trabalhos indispensaveis para o alcançar. Sem embargo porem d'este sincero empenho, ainda se não pôde levar a cabo tão difficil negociação.

E todavia não é menos urgente a necessidade da redução das dioceses, que continua a ser instantemente solicitada pela opinião publica em nome da escassez dos recursos do thesouro, do augmento dos meios de communicação, das conveniências do ensino, e do esplendor e decoro do episcopado.

Tem, n'este particular, o actual governo pensamento e intuitos iguaes aos que inspiraram as anteriores administrações. Persuadido porém, como está, da necessidade de alcançar preliminarmente o assentimento da santa sé para se poder alterar a circumscripção e o numero das dioceses, o governo renovou as suas instâncias para se obter, pelas vias competentes, aquelle accordo.

É porém possível, e até inevitável, que decorra bastante tempo antes de se realizar o sincero empenho em que, ha muito, lida o governo portuguez. Negociações com potências estrangeiras são de sua natureza morosas, principalmente versando como esta sobre assumpto tão melindroso e delicado.

E n'este intervallo corre ao governo rigorosa obrigação de remover difficuldades e afastar duvidas e incertezas, que se poderiam oppor à conclusão definitiva de qualquer accordo.

Há alguns bispados pequenos que, desde muitos annos, privados dos respectivos prelados, estão entregues à direcção de vigarios geraes e

capitulares. O actual governo não lhes nomeia bispos, mas nenhuma lei impede que os seus successores os possam nomear.

Sobre esta acresce outra consideração, que não devemos talvez ter por desvaliosa. São sempre mais difficeis as reduções e mais demoradas as economias, quando completos os quadros e preenchidas todas as vacaturas, força é lutar com interesses creados á sombra da anterior legislação, e adiar por longos annos as reduções decretadas. Convem por isso não prover, quando vagarem, alguns bispados, que uma vez preenchidos, poderiam diffcultar uma justa e conveniente circumscripção de dioceses.

Empenhado pois como está o governo em alcançar da santa sé o accordo indispensável para aquella redução, aconselha a rasão e a prudência, que apenas n'este período transitório se apresentem bispos nas dioceses, que se reputem absolutamente indispensáveis para acudir ás necessidades espirituaes dos povos.

É fundado n'estes principios que tenho a honra de submetter á approvação de Vossa Magestade este projecto de decreto. N'elle se determina que de futuro, e emquanto se não realisar accordo com Roma, sejam providos apenas em todo o continente e ilhas adjacentes dez bispados. Pareceu-me que ou pela importância das terras, onde está a sua séde, ou pela sua posição especial, não deverão conservar-se vagos os bispados de Angra, Braga, Bragança, Coimbra, Evora, Faro, Funchal, Porto, Lisboa e Vizeu <sup>(20)</sup>.

Não pretende o governo com este decreto, cujas disposições são puramente transitórias, reduzir o número das dioceses, determinar as que hão de ficar ou ser supprimidas, e assignar limites a cada uma d'ellas. Excederia tal intento os poderes que lhe forem commettidos. O governo acata e respeita profundamente a auctoridade da santa sé, e apenas deseja com este decreto fixar, emquanto se não procede a definitiva divisão ecclesiastica do reino, a incerteza que ora ha no provimento dos bispados, que se faz, ou deixa de fazer segundo o livre alvederio dos differentes ministros <sup>(21)</sup>, e facilitar a realisação proxima de uma reforma tão util á igreja e ao estado, como reclamada pelas justas instâncias da opinião publica.

---

(20) Previo-se, portanto, a supressão de nove bispados: Lamego, Aveiro, Guarda, Castello Branco, Portalegre, Elvas, Leiria, Beja e Pinhel.

(21) A doutrina, em principio jurídico, é falsa. E se é falsa a doutrina, não é justificável a prática. O governo português estava ligado pelos compromissos solenes do padroado e a eles devia cingir-se. O assunto não dependia, portanto, de caprichos, ou, como o diz o ministro por outras palavras sinónimas, do «livre alvedrio dos differentes ministros». Este passo revela claramente o espirito com que foi feita a lei.

Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em 12 de novembro de 1869. //

*José Luciano de Castro.*

Attendendo ao que me representou o ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º O governo empregará as diligencias necessarias para accor-  
dar com a santa sé apostolica sobre a redução e nova circumscripção  
das dioceses do reino.

Art.º 2.º Enquanto não se realizar o accordo com a santa sé a res-  
peito da redução e nova circumscripção, de que trata o artigo antece-  
dente, o governo não fará nomeação e apresentação de prelados senão  
para as dioceses de Angra, Braga, Bragança, Coimbra, Evora, Faro, Fun-  
chal, Porto, Lisboa e Vizeu.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de jus-  
tiça assim o tenha entendido e faça executar.//

Paço de Belem, em 12 de novembro de 1869.//

REI

*José Luciano de Castro.*

DIARIO DO GOVERNO — 13 de Novembro de 1869, n.º 259.

VIII

*CARTA RÉGIA AO CARDEAL-BISPO DO PORTO  
SOBRE A EXECUÇÃO DAS LETRAS DE LEÃO XIII*

(14-9-1882)

Illustrissimo e Reverendissimo em Christo Padre Cardeal Bispo do  
Porto, Meu como irmão muito amado. Eu El-Rei vos Envio muito saudar  
como aquelle que muito Amo.//

Foi-me presente o processo que haveis instaurado para execução  
das Letras Apostolicas de trinta de Setembro de mil oitocentos e oitenta  
e um, expedidas a Instancias Minhas pelo Santo Padre Leão XIII, ora  
Presidente na Universal Igreja de Deus, que começam *Gravissimum  
Christi Ecclesiam regendi et gubernandi munus*, e ás quaes Accordei e

Meu Real Beneplacito, como vos foi declarado no Aviso Regio de seis de Dezembro d'aquelle anno. E, Mantendo as Reaes prerogativas e o livre exercicio dos direitos que competem ao Estado: Hei por bem, ouvido o parecer do Conselheiro Procurador Geral da Corôa e Fazenda, Conceder a Minha Approvação nos termos das leis vigentes, e Mandar dar execução á sentença que haveis proferido e por virtude da qual, em harmonia com o plano adoptado pelo meu governo, são supprimidas as Dioceses de Aveiro, Castello Branco, Elvas, Leiria e Pinhel, assim como os dois isentos da Prelazia de Thomar e Grão Priorado do Crato, e novamente circumscriptas e demarcadas as Dioceses subsistentes pelo modo constante dos repectivos autos, que ficarão guardados no Real Archivo da Torre do Tombo.

O que Me pareceu dever communicar-vos para os devidos effeitos; Significando-vos o Meu Real agrado pelo acerto, prudencia e louvavel sollicitude com que haveis desempenhado tão importante encargo, que Sua Santidade Confiou da vossa competencia e reconhecida illustração.//

Illustrissimo e Reverendissimo em Christo Padre Cardeal Bispo do Porto, Meu como irmão muito amado. Nosso Senhor Haja a vossa Pessoa em Sua Santa Guarda.//

Escripta no Paço da Ajuda, aos quatorze dias do mez de Setembro de mil oitocentos oitenta e dois.//

EL REI.

*Júlio Marques de Vilhena.*

DIARIO DO GOVERNO — 15 de Setembro de 1882, n.º 208.

## IX

### BULA DE RESTAURAÇÃO DA DIOCESE DE AVEIRO (24-8-1938)

OMNIUM ECCLESiarUM inter sollicitudines non mediocri afficimur gaudio quotiens quaeque dioecesis, quam iustis de causis haec Apostolica Sedes olim abolere opportunum duxerit, mutatis atque faventibus rerum adiunctis, in integrum restitui potest.//

Iamvero cum christifideles territorium incolentes illius quae fuerat dioecesis Aveirensis, quam cl. me. Clemens Quartus Decimus, Decessor

Noster, Iosephi Primi Lusitanorum Regis Fidelissimi vota benigne excipiens, Apostolicis sub plumbo Litteris, die duodecima Aprilis mensis, anno millesimo septingentesimo septuagesimo quarto datis, erexerat et metropolitanae Ecclesiae Bracharensi suffraganeam constituerat, quam dein fel. rec. Leo Tertius Decimus, et ipse Antecessor Noster, per Apostolicas sub plumbo Litteras *Gravissimum Christi*, die tricesima mensis Septembris, anno millesimo octingentesimo octogesimo primo datas, abolevit, enixis precibus a Nobis expostulaverint, ut dioecesis illa in integrum restitueretur, Nos, perpendentes quantum id fidei roborandae ac rei catholicae provehendae proficere valeat, de venerabilium Fratrum Nostrorum S. R. E. Cardinalium S. Congregationi pro Negotiis Ecclesiasticis Extraordinariis praepositorum consulto, habitoque venerabilis Fratris Petri Ciriacci, Archiepiscopi titularis Tarsensis et Nuntii Apostolici in Lusitania, favorabili voto, oblatis Nobis precibus annuere censuimus.//

Suppleto igitur, quatenus opus sit, quorum intersit, vel eorum qui sua interesse praesumant consensu, apostolicae Nostrae potestatis plenitudine, Aveirensensem quam supra diximus ecclesiam iterum in dioecesim erigimus et constituimus.//

Veteres attamen dioecesis fines, ut nostrorum temporum adiunctis aptius respondere possint, paulo immutare statuimus. Restitutae itaque Cathedrali Ecclesiae Aveirensi omnes et singulas tribuimus ecclesiasticas paroecias in praesenti existentes in territoriis, vulgo *concelhos*, quae sequuntur, nempe: *Águeda, Anadia, Aveiro, Ilhavo, Oliveira do Bairro, Vagos, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Murtosa* et *Sever do Vouga*; paroecias ipsas proinde a dioecesibus Conimbricensi, Portugallensi et Visensi, ad quas modo pertinent, seiungimus ac separamus. Urbem vero *Aveiro* in sedem episcopalem restituimus; paroecialem autem ecclesiam titulo *Dominae Nostrae de Gloria* in cathedralem evehimus, eique et eiusdem dioecesis pro tempore Episcopis omnia tribuimus iura, honores, insignia ac privilegia, quibus ceterae per orbem cathedrales ecclesiae earumque Antistites iure communi fruuntur.//

Restitutam autem hanc Aveirensensem dioecesim suffraganeam constituimus, uti antea, metropolitanae Ecclesiae Bracharensi, eiusque pro tempore Episcopos metropolitico Archiepiscopi Bracharensis iuri subiicimus. Quum vero cathedrale capitulum in praesenti constitui nequeat, et usquedum constituatur, indulgemus ut ad iuris tramitem pro canonicis dioecesanis consultores interim eligantur. Volumus praeterea ut, cum primum fas fuerit, dioecesanum seminarium iuxta Codicis Iuris Canonici praescripta et normas a Sacra Congregatione de Seminariis et Studiorum Uni-

versitatibus traditas erigatur; interea vero iis, qui in sortem Domini vocati sint, iuxta quae eadem S. Congregatio ad rem decrevit, provideatur. Quod autem ad dioecesis regimen et administrationem, ad Vicarii Capitularis, sede vacante, electionem, ad clericorum et fidelium iura, officia et alia huiusmodi spectat, servantur quae sacri canones ad rem praescribunt.//

Quod vero ad clerum peculiariter spectat, decernimus ut, simul ac hae Litterae Nostrae de praefatae dioecesis restitutione ad effectum deductae fuerint, eo ipso clerici, quos in territorio eiusdem dioecesis legitime exstare contigerit, eidem dioecesi adscripti censeantur. Mensam autem episcopalem constituent pecuniae redditus, quam Commissio pro restituenda dioecesi donavit, nec non indultorum proventus, quae antiqua Cruciatum Bullam substituunt, curiae episcopalis taxae et emolumenta atque piorum fidelium oblationes.//

Denique usque dum de proprio Episcopo restituta dioecesis a Nobis provideatur, Nos venerabilem Fratrem Ioannem Evangelistam de Lima Vidal, Archiepiscopum titularem Oxyrynchitanum, eiusdem dioecesis Administratorem Apostolicum suprema Nostra auctoritate eligimus et constituimus, cum omnibus iuribus et facultatibus, quae Episcopis residentialibus competunt, nec non officiis et obligationibus, quibus Episcopi isti adstringuntur.//

Ad quae omnia, uti supra disposita et constituta, executioni mandanda venerabilem quem supra memoravimus Fratrem Petrum Ciriaci, Nostrum Nuntium in Lusitana Republica, delegamus eique facultates tribuimus necessarias et opportunas, etiam subdelegandi, ad effectum de quo agitur, quemlibet virum in ecclesiastica dignitate constitutum, eidemque onus imponimus ad Sacram Congregationem Consistorialem quam primum transmittendi authenticum peractae executionis actorum exemplar.//

Praesentes autem Litteras et in eis contenta quaecumque nullo unquam tempore de subreptionis aut nullitatis vitio seu intentionis Nostrae, vel quolibet alio, licet substantiali e inexcogitato, defectu notari, impugnari vel in controversiam vocari posse; sed eas, tamquam ex certa scientia ac potestatis plenitudine factas et emanatas, perpetuo validas existere et fore, suosque plenarios et integros effectus sortiri et obtinere, atque ab omnibus ad quos spectat inviolabiliter observari debere; et, si secus super his a quocumque, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter contigerit attentari, irritum prorsus et inane esse et fore volumus et decernimus.//



Statuimus denique ut harum Litterarum transumptis, etiam impressis, manu tamen alicuius notarii publici subscriptis ac sigillo alicuius viri in ecclesiastica dignitate vel officio constituti munitis, eadem prorsus tribuatur fides, quae hisce Litteris tribueretur, si ipsaemet exhibitae vel ostensae forent; non obstantibus, quatenus opus sit, regulis in synodalibus, provincialibus, generalibus universalibusque Conciliis editis, specialibus vel generalibus Constitutionibus et Ordinationibus Apostolicis et quibusvis aliis Romanorum Pontificum, Praedecessorum Nostrorum, dispositionibus ceterisque quibuslibet, etiam speciali mentione dignis.//

Nemini autem hanc paginam restitutionis, erectionis, constitutionis, dismembrationis, concessionis, statuti, electionis, derogationis, mandati et voluntatis Nostrae infringere vel ei contraire liceat. Si quis vero ausu temerario hoc attentare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Apostolorum Petri et Pauli se noverit incursum.

Datum ex Arce Gandulphi, anno Domini millesimo nongentesimo trigesimo octavo, die quarta et vicesima mensis Augusti, Pontificatus Nostri anno septimo decimo.

Fr. TH. PIUS, O. P., Card. BOGGIANI

Fr. RAPHAËL C. Card. ROSSI

*S. C. Consistorialis a Secretis*

Vincentius Bianchi Cagliesi, *Proton. Apost.*

Ludovicus Kaas, *Proton. Apost.*

Loco Plumbi

*Reg. in Canc. Ap., Vol. LX, n. 26 — D. Francini.*

ACTA APOSTOLICAE SEDIS, Romae, M. DCCCC. XXXIX (XXXI)  
pág. 5-8

# X

## PRIMEIRO BISPO DA DIOCESE RESTAURADA

SECRETARIA DE ESTADO DE SUA SANTIDADE

N.º 147/39.

Do Vaticano, 12 de Janeiro de 1940.

Excelência Reverendíssima.

Cumpro o agradável dever de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> que o Santo Padre, acolhendo o Seu desejo de se dedicar totalmente à cura pas-

toral da Diocese de Aveiro, se dignou benignamente de aceitar a Sua demissão de Superior Geral da Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas e de Director dos Colégios Missionários de Cucujães, Sernache e Tomar, e de o nomear Bispo Residencial da mesma Diocese, com título pessoal de Arcebispo.

Acolhendo o Seu desejo, Sua Santidade apreciou altamente a Obra sapiente que V. Ex.<sup>cia</sup> desenvolveu com tanta devoção à Santa Sé, durante o curso de longos anos em Cucujães, e deseja exprimir-lhe a Sua augusta gratidão, juntamente com a firme convicção de que uma tão grande obra não deixará de perdurar nos seus benéficos efeitos e de ser coroada pelo êxito que verdadeiramente merece.

Maiores esperanças ainda nutre o Santo Padre pelo campo de apostolado, ao qual V. Ex.<sup>cia</sup> está para dedicar exclusivamente as Suas preciosas forças e o Seu ardente zelo de Bispo.

Sua Santidade está certo de que as belas esperanças de que é rica, já desde a sua aurora, a ressurgida Diocese de Aveiro — tão cara ao coração do Sumo Pontífice — graças à actividade apostólica de V. Ex.<sup>cia</sup>, serão em breve consoladoras realidades. O afecto e a estima que V. Ex.<sup>cia</sup> já conquistou, tanto entre o clero como entre os fiéis, Lhe será de grandíssimo auxílio e conforto para trabalhar na organização da vida de uma Diocese, e para a Santa Sé será motivo de considerar certo o êxito e grande o bem das almas.

Para tanto Sua Santidade concede a V. Ex.<sup>cia</sup>, ao Seu clero e a todos os seus fiéis, com grande expansão do coração, a Bênção Apostólica, elevando ao Céu fervorosos votos pela saúde de V. Ex.<sup>cia</sup>.

Levando ao conhecimento de V. Ex.<sup>cia</sup> as augustas ordens e os paternais sentimentos de benevolência do Sumo Pontífice, seja-me permitido juntar também as minhas congratulações pessoais e sinceros augúrios. Aproveito de boa mente esta ocasião para repetir os sentimentos de distinta e sincera estima.

De V. Ex.<sup>cia</sup> Rev.<sup>ma</sup> servo

*Luís, Cardeal Maglione.*

CORREIO DO VOUGA, Aveiro, 27-1-1940, n.º 462.

NOTA — Porque nos não foi possível conseguir o texto em italiano, como desejávamos, damos a tradução portuguesa.

## XI

## BULA DE NOMEAÇÃO DE D. JOÃO DE LIMA VIDAL

(16-1-1940)

Pius Episcopus Servus servorum Dei, Venerabili Fratri Joanni Evangelistae de Lima Vidal, hactenus Archiepiscopo titulari Oxyrynchitano, electo Archiepiscopo-Episcopo Aveirensi, salutem et apostolicam benedictionem.

Commissum humilitati Nostrae ab aeterno Pastorum Principe supremi apostolatus officium, quo universo christiano orbi praesidemus, onus Nobis imponit diligentissime curandi, ut Ecclesiis omnibus tales praeficiantur Antistites, qui sibi creditum dominicum gregem salubriter pascere, regere et gubernare sciant ac valeant.

Cum itaque cathedralis Ecclesia Aveirensis, olim suppressa, Apostolicis sub plumbo Litteris *Omnium Ecclesiarum* a fel. rec. Pio Undecimo, Decessore Nostro, die quarta et vicesima Augusti mensis anno Domini millesimo nongentesimo tricesimo octavo datis, in pristinum restituta, suo sit nunc providenda pastore, Nos, de venerabilium Fratrum Nostrorum S. R. E. Cardinalium consilio, Tibi eam concedere statuimus.

Quare de apostolicae Nostrae potestatis plenitudine Te a vinculo Archiepiscopalis Ecclesiae Oxyrynchitanae, cuius titulum hucusque gessisti, absolvimus et ad cathedralem Ecclesiam illam Aveirensensem transferimus eique Episcopum praeficimus et Pastorem; nec non eiusdem Ecclesiae curam, regimen et administrationem tum in spiritualibus tum in temporalibus Tibi plenarie committimus una cum omnibus iuribus et privilegiis, oneribus et obligationibus pastoralis huic officio inhaerentibus.

Indulgemus insuper ut, intuitu archiepiscopalis tituli, quem hactenus gessisti, cathedralem hanc Ecclesiam assumens, nomen geras Archiepiscopi-Episcopi Aveirensis. Volumus vero ut, ceteris quoque impletis de iure servandis, antequam dioecesis Tibi creditae canonicam capias possessionem, in manibus alicuius quem malueris catholici Antistitis, gratiam et communionem Sedis Apostolicae habentis, catholicae fidei professionem et praescriptum fidelitatis iuramentum iuxta statutas formulas emitte, harumque exemplaria, Tuis dictique Antistitis subscriptione ac sigillo munita, ad S. Congregationem Consistorialem quantocius transmittere omnino tenearis. Firmam autem spem fiduciamque concipimus fore ut, dextera Domini Tibi assistente propitia, Ecclesia Aveirensis per tuam pastorem

sollicitudinem et studium fructuosum regatur utiliter et maiora in dies in spiritualibus ac temporalibus incrementa suscipiat.

Datum Romae apud S. Petrum anno Domini millesimo nongentesimo quadragesimo, die sexta decima mensis Januarii, Pontificatus Nostri anno primo. — A. L. —

Th. Pius Card. Boggiani  
Cancell. S. R. E.

Alfonsus Carinci Prot. Apost.  
Carolus Respighi Prot. Apost.

Can. Alfridus Liberati  
Canc. Apost. Adiutor a studiis

«Expedita» die trigesima Januarii Anno «primo». — Alfridus Marini  
Plumbator.

---

NOTA — Agradecemos a cedência deste documento ao actual Prelado de Aveiro, Sua Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> o Senhor D. Domingos de Apresentação Fernandes.